

Demonstrações Financeiras

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

31 de dezembro de 2013
com Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.


Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 17 de abril de 2013, sem qualquer modificação.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2013, examinamos as reclassificações descritas na nota explicativa 4 que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Luiz C. Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3



Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	323.623	16.107	Fornecedores		20.293	14.471
Títulos e valores mobiliários - vinculados	6	22.876	28.498	Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	10.356	8.269
Clientes	7	11.938	12.228	Arrendamento mercantil financeiro	14	-	192
Clientes - Partes Relacionadas	7	50.211	43.663	Debêntures	15	126.882	133.458
Tributos a recuperar		131	88	Obrigações sociais e trabalhistas		5.413	4.754
Partes relacionadas - clientes	16	31	18	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		191	180
Despesas antecipadas	8	2.339	1.746	Partes relacionadas - fornecedores	16	5.278	8.224
Outros créditos		9.723	914	Obrigações com o poder concedente	19	16.415	16.703
Total do ativo circulante		<u>420.872</u>	<u>103.262</u>	Provisão para imposto de renda e contribuição social		6.258	10.178
				Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	21.e)	2.579	129.573
NÃO CIRCULANTE				Provisão para manutenção	17	8.440	16.538
Depósitos judiciais	9	9.905	7.492	Outras contas a pagar		<u>19.987</u>	<u>18.131</u>
Partes relacionadas - clientes	16	-	39	Total do passivo circulante		<u>222.092</u>	<u>360.671</u>
Imobilizado	10	39.692	36.154				
Intangível	11	<u>1.186.841</u>	<u>987.743</u>	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		<u>1.236.438</u>	<u>1.031.428</u>	Debêntures	15	884.833	92.848
				Obrigações com o poder concedente	19	42.597	50.321
				Partes relacionadas - fornecedores	16	-	3
				Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		559	605
				Provisão para manutenção	17	44.249	36.552
				Provisão para construção de obras futuras	18	2.268	2.099
				Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	20	49.890	17.946
				Tributos diferidos	12.a)	6.631	1.800
				Outras contas a pagar		<u>2.197</u>	<u>2.375</u>
				Total do passivo não circulante		<u>1.033.224</u>	<u>204.549</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social:			
				Subscrito	21.a)	314.052	314.052
				A integralizar	21.a)	(11.505)	(11.505)
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações	21.d)	198	81
				Reserva de lucros - legal	21.c)	60.509	60.509
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	21.e)	<u>38.740</u>	<u>206.333</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>401.994</u>	<u>569.470</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.657.310</u>	<u>1.134.690</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.657.310</u>	<u>1.134.690</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
RECEITA LÍQUIDA	22	1.011.465	824.431
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	23	(465.799)	(320.905)
LUCRO BRUTO		<u>545.666</u>	<u>503.526</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	23	(51.981)	(57.159)
Outras despesas		<u>(34)</u>	<u>(43)</u>
		(52.015)	(57.202)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>493.651</u>	<u>446.324</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	24	34.317	7.846
Despesas financeiras	24	<u>(98.678)</u>	<u>(61.008)</u>
		(64.361)	(53.162)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>429.290</u>	<u>393.162</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	12.b)	(135.036)	(120.751)
Diferidos	12.b)	<u>(4.831)</u>	<u>(5.643)</u>
		(139.867)	(126.394)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>289.423</u>	<u>266.768</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO	25	<u>1,07</u>	<u>0,99</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	289.423	266.768
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>289.423</u>	<u>266.768</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital	Reservas de lucros			Total
		Subscrito	A integralizar	Plano de opção com base em ações	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		314.052	(11.505)	31	60.509	9.396	-	372.483
Opções outorgadas reconhecidas	21.d)	-	-	50	-	-	-	50
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	266.768	266.768
Destinação do lucro:								
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,08 por ação)	21.e)	-	-	-	-	-	(20.928)	(20.928)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,18 por ação)	21.e)	-	-	-	-	-	(48.903)	(48.903)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,73 por ação)	21.e)	-	-	-	-	196.937	(196.937)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		<u>314.052</u>	<u>(11.505)</u>	<u>81</u>	<u>60.509</u>	<u>206.333</u>	<u>-</u>	<u>569.470</u>
Opções outorgadas reconhecidas	21.d)	-	-	117	-	-	-	117
Dividendos pagos no exercício de 2013 (R\$0,76 por ação)		-	-	-	-	(206.333)	-	(206.333)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	289.423	289.423
Destinação do lucro:								
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,07 por ação)	21.e)	-	-	-	-	-	(18.153)	(18.153)
Dividendos intermediários propostos (R\$0,86 por ação)	21.e)	-	-	-	-	-	(232.530)	(232.530)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,14 por ação)	21.e)	-	-	-	-	38.740	(38.740)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>314.052</u>	<u>(11.505)</u>	<u>198</u>	<u>60.509</u>	<u>38.740</u>	<u>-</u>	<u>401.994</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido	289.423	266.768
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	83.438	70.728
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	243	1.421
Receita financeira de títulos e valores mobiliários - vinculados	(2.591)	(484)
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	84.580	46.079
Variação monetária sobre obrigações com o poder concedente	7.640	9.795
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	1.024	(1.652)
Provisão para manutenção e provisão para construção de obras futuras	(232)	(7.880)
Prêmio de opções	117	50
Tributos diferidos	4.831	5.644
Juros capitalizados	(711)	(470)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	27	
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(6.285)	(11.965)
Tributos a recuperar	(43)	192
Despesas antecipadas	(593)	(113)
Partes relacionadas - clientes	26	(27)
Outros créditos e depósitos judiciais	(11.222)	(4.393)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	5.822	(264)
Obrigações sociais e trabalhistas	659	988
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.087	643
Partes relacionadas - fornecedores	(2.949)	(1.482)
Outras contas a pagar	1.678	6.582
Imposto de renda e contribuição social	(3.920)	(527)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>453.049</u>	<u>379.633</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(11.976)	(15.228)
Aquisição de intangível	(242.710)	(75.354)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(254.686)</u>	<u>(90.582)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Obrigações com o Poder Concedente	(15.652)	(13.533)
Títulos e valores mobiliários - vinculados	8.213	2.092
Pagamento de arrendamento mercantil e debêntures	(96.935)	(97.638)
Captação de Debêntures	850.639	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(584.010)	(136.911)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	(35)	(24)
Juros pagos	(53.067)	(58.899)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>109.153</u>	<u>(304.913)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>307.516</u></u>	<u><u>(15.862)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.107	31.969
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>307.516</u></u>	<u><u>(15.862)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	830.148	779.495
Com construção	218.575	75.956
Outras receitas	37.303	39.122
	<u>1.086.026</u>	<u>894.573</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(359.132)	(230.284)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(39.685)	(45.044)
	<u>(398.817)</u>	<u>(275.328)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>687.209</u>	<u>619.245</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(83.438)	(70.728)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>603.771</u>	<u>548.517</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	34.317	7.846
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>638.088</u>	<u>556.363</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>638.088</u>	<u>556.363</u>
Pessoal	<u>32.454</u>	<u>28.904</u>
Remuneração direta	24.761	22.128
Benefícios	6.542	5.670
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.151	1.106
Impostos, taxas e contribuições	<u>214.374</u>	<u>196.536</u>
Federais	171.529	156.276
Municipais	42.845	40.260
Remuneração de capitais de terceiros	<u>101.837</u>	<u>64.155</u>
Juros	43.650	27.891
Aluguéis	3.159	3.147
Outros efeitos financeiros	55.028	33.117
Remuneração de capitais próprios	<u>289.423</u>	<u>266.768</u>
Reserva legal	-	-
Juros sobre o capital próprio pagos	18.153	20.928
Dividendos intermediários pagos	232.530	-
Dividendos intermediários propostos	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	48.903
Constituição de reserva para dividendos	38.740	196.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Via Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo inicial de 20 anos, posteriormente postergado por mais 88 meses e 11 dias, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até outubro de 2025. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na nota explicativa nº 30.

As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas sob responsabilidade da diretoria, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 24 de fevereiro de 2014.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade, exceto pela mensuração e registro dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.2. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

A Companhia determina as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados e disponíveis para venda, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para distribuição em operação descontinuada.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

2.4. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.5. Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Hardware e equipamentos de pedágio 5 anos
- Máquinas e equipamentos 10 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Edificações 20 anos
- Outros 5 e 6 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

2.7. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos, debêntures e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Empréstimos e contas a receber
- Investimentos mantidos até o vencimento
- Investimentos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento da Companhia for estabelecido.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Companhia de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou Companhia de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou Companhia de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um Companhia de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração do resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.10. Provisões Gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11. Transações envolvendo pagamento em ações

A Administração da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.13. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.14. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.15. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

- IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação técnica de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 29.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), "commodities" (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados, para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 9,3% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- Credores pela concessão decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 19.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

4. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

A Administração da Companhia entende que a melhor forma de apresentação do Fluxo de Caixa seja a partir do Lucro Líquido, portanto, a Companhia passa a demonstrar seu Fluxo de Caixa a partir do Lucro Líquido e não mais do Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Para garantir a comparabilidade das informações, estamos reapresentando a Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os efeitos da reapresentação da DFC estão demonstrados no quadro a seguir.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	393.162	(393.162)	-
Lucro líquido	-	266.768	266.768
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(121.278)	120.751	(527)
Juros pagos	(58.899)	58.899	-
Demais variações	108.218	-	108.218
Tributos diferidos	1	5.643	5.644
Total do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	321.204	58.899	380.103
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(91.052)	-	(91.052)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Juros pagos	-	(58.899)	(58.899)
Demais variações	(246.014)	-	(246.014)
Total do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(246.014)	(58.899)	(304.913)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(15.862)	-	(15.862)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

Balanço patrimonial	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Outros créditos	7.397	(6.483)	914
Não Circulante			
Intangível	981.260	6.483	987.743
	988.657	-	988.657

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	6.524	12.985
Aplicações financeiras-		
Fundo de investimento (a)	316.738	911
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	361	2.211
	323.623	16.107

- (a) Fundo de investimento enquadrado na categoria “renda fixa crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 91,12% em Certificado de Depósito Bancário - CDB, 3,29% em Operações Compromissadas, 5,15% em Letra Financeira - LF e 0,44% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui ainda aplicação financeira no Banco Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis no fim do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2013, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$361 (R\$817 em 31 de dezembro de 2012).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários no circulante, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundo de Investimento	22.876	28.498

Os Fundos de Investimentos são remunerados a taxa média ponderada de 94,5% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 15).

7. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico - partes relacionadas (a)	50.211	43.663
Pedágio eletrônico - outros	7.833	9.227
Cupons de pedágio	1.464	1.222
Receitas acessórias	2.723	1.834
(-) Provisão para créditos liquidação duvidosa - PCLD (b)	(82)	(55)
	<u>62.149</u>	<u>55.891</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços de Administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. Vide nota explicativa nº 16.
- (a) Refere-se a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida, estabelece que a constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos a mais de 90 dias.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A vencer	62.120	55.891
Vencidos:		
Até 30 dias	19	-
De 31 a 60 dias	7	-
De 61 a 90 dias	3	-
Acima de 90 dias	82	55
	<u>62.231</u>	<u>55.946</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	55	39
Constituição de PCLD no exercício	43	16
Valores recuperados no exercício	(16)	-
	<u>82</u>	<u>55</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$2.339 (R\$1.746 em 31 de dezembro de 2012) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, classificado no ativo circulante. Vide nota explicativa nº 29.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	7.492	5.476
Adições	1.736	1.878
Baixas	(20)	(776)
Atualização monetária	697	914
Saldo final	<u>9.905</u>	<u>7.492</u>

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. IMOBILIZADO

	Custo					Depreciação				Residual		
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldos em		
										31/12/2012	31.12.2012	31.12.2011
Hardware e equipamentos de pedágio	9,1	80.534	5.965	-	356	86.855	(64.857)	(7.562)	-	(72.419)	14.436	15.677
Maquinas e equipamentos	9,6	10.741	2.152	-	(178)	12.715	(6.309)	(1.137)	-	(7.446)	5.269	4.432
Móveis e utensílios	6,9	4.700	256	-	118	5.074	(2.441)	(333)	-	(2.774)	2.300	2.259
Terrenos	-	3.304	-	-	-	3.304	-	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	8,0	2.503	110	-	-	2.613	(385)	(204)	-	(589)	2.024	2.118
Outros	7,8	6.131	6.745	(601)	(296)	11.979	(2.420)	(738)	-	(3.158)	8.821	3.711
		107.913	15.228	(601)	-	122.540	(76.412)	(9.974)	-	(86.386)	36.154	31.501

	Custo					Depreciação				Residual		
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em		
										31/12/2013	31.12.2013	31.12.2012
Hardware e equipamentos de pedágio	6,0	86.855	6.451	(231)	-	93.075	(72.419)	(5.431)	11	(77.839)	15.236	14.436
Maquinas e equipamentos	9,9	12.715	1.620	(7)	(20)	14.308	(7.446)	(1.334)	7	(8.773)	5.535	5.269
Móveis e utensílios	6,8	5.074	588	(3)	20	5.679	(2.774)	(366)	3	(3.137)	2.542	2.300
Terrenos	-	3.304	-	-	-	3.304	-	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	7,0	2.613	420	-	-	3.033	(589)	(199)	-	(788)	2.245	2.024
Outros	6,4	11.979	2.897	(33)	-	14.843	(3.158)	(865)	10	(4.013)	10.830	8.821
		122.540	11.976	(274)	-	134.242	(86.386)	(8.195)	31	(94.550)	39.692	36.154

Em 31 de dezembro de 2013, não haviam bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de arrendamento mercantil financeiro. Em 31 de dezembro de 2012 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "outros" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de arrendamento mercantil financeiro (vide nota explicativa nº 13). Para as debêntures (vide nota explicativa nº 14) não existem garantias dessa natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados encargos financeiros de R\$711 (R\$470 em 31 de dezembro de 2012), considerando a taxa média de captação de 9,30%.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. INTANGÍVEL

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual	
		Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Saldos em 31/12/2012	31.12.2012	31.12.2011
		Contratos de concessão Intangível em andamento	(*)	1.637.276	68.348	(820)	(14.138)	1.690.666	(671.632)	(60.513)	(732.145)
	-	741	12.455	-	14.138	27.334	-	-	-	27.334	741
Softwares de terceiros	5,5	3.612	1.504	-	-	5.116	(2.987)	(241)	(3.228)	1.888	625
		1.641.629	82.307	(820)	-	1.723.116	(674.619)	(60.754)	(735.373)	987.743	967.010

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual	
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013	31.12.2013	31.12.2012
		Contratos de concessão Intangível em andamento	(*)	1.690.666	262.327	-	32.406	1.985.399	(732.145)	(74.672)	(806.817)
	-	27.334	5.072	-	(32.406)	-	-	-	-	-	27.334
Softwares de terceiros Adiantamentos a fornecedores	10,0	5.116	1.160	-	-	6.276	(3.228)	(571)	(3.799)	2.477	1.888
	-	-	5.782	-	-	5.782	-	-	-	5.782	-
		1.723.116	274.341	-	-	1.997.457	(735.373)	(75.243)	(810.616)	1.186.841	987.743

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2013 é de 4,10% ao ano (3,62% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco Patrimonial		Resultado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5.584	5.884	(300)
Regime tributário de transição – RTT (*)	(12.457)	(7.928)	(4.529)
Provisão FAP	206	217	(11)
Provisão Férias Diretor	25	21	4
Provisão para devedores duvidosos	11	6	5
IR e CS diferido – Ativo/(Passivo)	(6.631)	(1.800)	
Receita (Despesa) de IR e CS diferido			(4.831)

(*) RTT contempla ICPC-01, AVP Ônus da Concessão e Juros capitalizados;

Reconciliação do Ativo (Passivo) diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.800)
Receita/ (Despesa) do imposto reconhecido no resultado	(4.831)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(6.631)

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	429.290	393.162
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(145.959)	(133.675)
Juros sobre o capital próprio	6.172	7.116
Outros	(80)	165
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(139.867)	(126.394)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(135.036)	(120.751)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(4.831)	(5.643)

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	3.971	3.825
Cofins	2.412	2.336
PIS	523	506
ISS na fonte	1.625	396
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre prestação de serviços	208	566
INSS fonte	842	481
Outros impostos	775	159
	<u>10.356</u>	<u>8.269</u>

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	-	190
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	-
		<u>190</u>
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	-	2
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	-	192
		<u>192</u>
Circulante	-	192

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do arrendamento mercantil está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	192	1.090
Encargos financeiros	-	90
Pagamento principal	(185)	(888)
Pagamento de juros	(7)	(100)
Saldo final	<u>-</u>	<u>192</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Imobilizado”, refere-se a caminhões e apresenta valor residual de R\$544 em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.049 em 31 de dezembro de 2012).

As operações de arrendamento mercantil financeiro não impõem nenhuma restrição, tais como pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, captação de dívida adicional e outras.

15. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Principal corrigido	1.007.928	220.497
Remuneração (juros)	31.064	7.479
Custos com emissão de debêntures (*)	(27.277)	(1.670)
	<u>1.011.715</u>	<u>226.306</u>
Circulante	126.882	133.458
Não circulante	884.833	92.848

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	226.306	335.866
Adição	850.639	-
Encargos financeiros	84.580	45.989
Pagamento de principal	(96.750)	(96.750)
Pagamento de juros	(53.060)	(58.799)
Saldo final	<u>1.011.715</u>	<u>226.306</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

- A Companhia concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

- A Companhia concluiu, em 07 de maio de 2013, a emissão de R\$881.000 em debêntures em duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$200.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 15 de abril de 2020 e a segunda série de R\$681.000, com prazo de vencimento de 132 meses e vencimento final em 15 de abril de 2024, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 3,80% a.a. + IPCA, pago anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2019, foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda série tem remuneração de 4,28% a.a. + IPCA, paga anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2024, também precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato da 2ª emissão requer a manutenção dos índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	1º Emissão	2º Emissão
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10,00	R\$1.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2013	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$3,33 3ª série - R\$3,17	1ª série – R\$1.062,42 2ª série – R\$1.065,97
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série – 3,80% a.a. + IPCA 2ª série – 4,28% a.a. + IPCA
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculada de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	n/a
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	n/a
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Garantias	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2014	-	-	-	93.373	(525)	92.848
2015	-	(2.888)	(2.888)	-	-	-
2016	-	(2.863)	(2.863)	-	-	-
2017	-	(3.227)	(3.227)	-	-	-
2018 a 2024	909.403	(15.592)	893.811	-	-	-
	909.403	(24.570)	884.833	93.373	(525)	92.848

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1º Emissão						
Debêntures 1ª série	01/11/2006	135.000	(2.677)	132.323	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
Debêntures 3ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
2º Emissão						
Debêntures 1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
Debêntures 2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
		1.331.000	(39.286)	1.291.714		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de "bookbuilding", que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos e movimentações relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Companhia	Natureza	Clientes	Créditos diversos	Intangível	Contas a pagar	Contas a pagar
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	Outras partes relacionadas	-	-	116.867	263	-
TB Transportadora Betumes Ltda.(e)	Outras partes relacionadas	-	-	398	40	-
CBB Ind. Com. De Asfalto e Eng. Ltda.(e)	Outras partes relacionadas	-	-	2.494	258	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.(d)	Outras partes relacionadas	2	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora direta	29	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	-	4.717	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (c)	Outras partes relacionadas	50.211	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2013		50.242	-	119.759	5.278	-
Total em 31 de dezembro de 2012		43.681	39	45.338	8.224	3

Demonstração do resultado

Companhia	Natureza	Receita	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (c)	Outras partes relacionadas	-	(2.227)	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	219	(43.295)	(22.513)
Total em 31 de dezembro de 2013		219	(45.522)	(22.513)
Total em 31 de dezembro de 2012		205	(40.907)	(24.666)

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$232.084, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 foram incorridos R\$92.597, e há um saldo de serviços a realizar de R\$139.487. Os saldos em aberto a pagar R\$263 (sobre os serviços contratados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$65.809, os saldos em aberto têm vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de Administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". O saldo a receber de R\$50.211 (R\$43.663 em 31 de dezembro de 2012) tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito à atualização monetária e não foram recebidas garantias sobre essas operações.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (e) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$27.101, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2013, há um saldo de serviços a realizar de R\$24.703. Os saldos em aberto a pagar R\$298 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013 no montante R\$924 (R\$863 em 31 de dezembro de 2012).

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração dos administradores nos exercícios estão demonstradas a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Salários	531	516
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 21.d)	117	50
Previdência privada	75	29
Participação nos resultados	201	268
	924	863

17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a serem realizadas durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,30% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para manutenção	192.606	51.044	-	-	243.650
Efeito do valor presente sobre a constituição	(34.630)	(6.172)	-	-	(40.802)
Realização da manutenção	(116.466)	-	(55.286)	-	(171.752)
Ajuste a valor presente - realizações	19.630	-	-	2.364	21.994
	61.140	44.872	(55.286)	2.364	53.090
Circulante	19.911				16.538
Não circulante	41.229				36.552

	31/12/2012	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para manutenção	243.650	42.464	-	-	286.114
Efeito do valor presente sobre a constituição	(40.802)	(6.124)	-	-	(46.926)
Realização da manutenção	(171.752)	-	(38.975)	-	(210.727)
Ajuste a valor presente - realizações	21.994	-	-	2.234	24.228
	53.090	36.340	(38.975)	2.234	52.689
Circulante	16.538				8.440
Não circulante	36.552				44.249

18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,30% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Esta provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011	Efeito financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.299	170	4.469
	1.929	170	2.099
Não circulante	1.929		2.099
	31/12/2012	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.469	169	4.638
	2.099	169	2.268
Não circulante	2.099		2.268

19. OBRIGAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE

	31/12/2013	31/12/2012
Parcelas fixas	57.806	64.689
Parcelas variáveis	1.206	2.335
	59.012	67.024
Circulante	16.415	16.703
Não circulante	42.597	50.321

De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de dezembro de 2013, restam 52 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 78,33% do total (73,33% em 31 de dezembro de 2012).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações das obrigações com o poder concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o desconto de R\$4.382 (R\$4.335 em 31 de dezembro de 2012), somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$3.258 (R\$5.460 em 31 de dezembro de 2012), e foi totalizado o valor líquido de R\$7.640 (R\$9.795 em 31 de dezembro de 2012) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

A parcela variável foi calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação até 30 de junho de 2013. A partir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	13.452
2015	14.194	12.285
2016	12.962	11.219
2017	11.838	10.246
2018	3.603	3.119
	42.597	50.321

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	67.024	70.762
Varição monetária sobre as obrigações com o poder concedente	7.640	9.795
Pagamento principal e atualização	(15.652)	(13.533)
Saldo final	59.012	67.024

20. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	11.553	6.276	1.769	19.598
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	64	1.415	448	1.927
(-) Pagamentos	(3.787)	(1.388)	(6)	(5.181)
(+) Atualização monetária	497	638	467	1.602
Saldos em 31 de dezembro de 2012	8.327	6.941	2.678	17.946
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2013	8.327	6.941	2.678	17.946
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	33.472	1.500	373	35.345
(-) Pagamentos	(2.161)	(2.588)	-	(4.749)
(+) Atualização monetária	715	442	191	1.348
(+/-) Reclassificações	(103)	56	47	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	40.250	6.351	3.289	49.890

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2013, R\$8.743 (R\$24.867 em 31 de dezembro de 2012), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de “contratos de concessão”. A premissa de registro na rubrica de “Contrato de concessão”, foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

(b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2013, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$7.172 (R\$1.519 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2013, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$13.583 (R\$9.151 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo é de R\$60.509 (R\$60.509 em 31 de dezembro de 2012).

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações, a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., disponibilizou 82.507 ações ordinárias para esse plano, conforme a seguir:

<u>Data</u>	<u>1ª outorga</u> <u>31/08/2010</u>	<u>2ª outorga</u> <u>22/03/2011</u>	<u>3ª outorga</u> <u>23/03/2012</u>	<u>4ª outorga</u> <u>25/04/2013</u>
Quantidade de opções de ações	23.404	28.516	30.587	68.852
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" o valor de R\$117 (R\$50 em 31 de dezembro de 2012).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão, as quais serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	23.404	-	-	-	23.404
Outorgadas	-	28.516	-	-	28.516
Exercidas	(5.851)	-	-	-	(5.851)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	-	28.516	-	-	28.516
Outorgadas	-	-	30.587	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	-	28.516	30.587	-	59.103
Outorgadas	-	-	-	68.852	68.852
Em 31 de dezembro de 2013	-	28.516	30.587	68.852	127.955

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio no período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2014	16,56	31.989	2,48	79	11 meses
2015	16,56	31.989	3,17	101	23 meses
2016	17,22	24.860	3,35	83	35 meses
2017	19,39	17.213	4,90	85	47 meses
		106.051	3,48	348	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou 3 programas de Recompra de Ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados i) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (ii) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (iii) nos termos e as condições a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 542.710 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de dezembro de 2013, de R\$14,80. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 30 de dezembro de 2013, é de R\$8.032.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2013 no valor de R\$584.010 refere-se a: R\$88.798 saldo de dividendos remanescentes de 2011, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2012; R\$245.840 saldo de dividendos remanescentes de 2012, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2013; R\$249.372 dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio do exercício de 2013, calculados conforme segue:

	2013	2012	2011
Lucro líquido do exercício	289.423	266.768	242.718
Constituição da reserva legal	-	-	(6.839)
Base de cálculo dos dividendos	289.423	266.768	235.879
Dividendos intermediários pagos	(232.530)	-	(10.000)
Juros sobre o capital próprio pagos	(18.153)	(20.928)	(21.373)
Saldo de dividendos	38.740	245.840	204.506
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	-	245.840	204.506

22. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2013	31/12/2012
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	300.647	304.886
Pedágio por equipamento eletrônico (b)	469.450	418.424
Vale-pedágio	59.388	55.485
Outras	663	700
	830.148	779.495
Receitas com construção	218.575	75.956
Receitas acessórias (a)	37.303	39.122
Receita bruta	1.086.026	894.573
Deduções de receita (c)	(74.561)	(70.142)
Receita líquida	1.011.465	824.431

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(b) Referem-se à receita da parte relacionada STP – Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A..

(c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2013	31/12/2012
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	830.148	779.495
Receitas acessórias	37.303	39.122
	867.451	818.617
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(26.024)	(24.560)
PIS (0,65%)	(5.638)	(5.322)
ISS (2% a 5%)	(42.845)	(40.260)
Deduções e abatimentos	(54)	-
	(74.561)	(70.142)

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	32.454	28.904
Conservação e manutenção	17.367	18.261
Serviços de terceiros (a)	84.316	86.797
Seguros (Vide nota explicativa nº 29)	5.179	4.179
Poder Concedente (b)	20.300	26.122
Provisão para manutenção	36.340	44.872
Custos com construção	218.575	75.956
Depreciações e amortizações	83.438	70.728
Locações de imóveis e máquinas	3.159	3.147
Outros custos e despesas operacionais	16.652	19.098
	517.780	378.064
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	465.799	320.905
Despesas gerais e administrativas	51.981	57.159
	517.780	378.064

- (a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.
- (b) O valor pago ao Poder Concedente, incluindo ônus da concessão divulgado na nota explicativa nº18, foi de R\$35.952 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$39.655 em 31 de dezembro de 2012).

24. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	28.190	6.439
Juros ativos	5.384	-
Variação monetária sobre debêntures	-	165
Outras	743	1.242
	34.317	7.846
Juros sobre debêntures	(43.650)	(27.801)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	(90)
Variação monetária sobre debêntures	(36.185)	(17.177)
Variação monetária sobre direito de outorga	(7.640)	(9.795)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(4.745)	(1.176)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(2.403)	(2.534)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(1.348)	(1.602)
Outras	(2.707)	(833)
	(98.678)	(61.008)
Resultado financeiro	(64.361)	(53.162)

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>289.423</u>	266.768
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>270.386</u>	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>1,07</u>	0,99

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na nota explicativa 21.d, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de dezembro de 2013, a PLR foi de R\$1.800 (R\$1.554 em 31 de dezembro de 2012), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (arrendamento mercantil financeiro e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 14 e nº 15 e as obrigações com o poder concedente detalhado na nota explicativa nº 19, deduzidos de caixa e saldo de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IGP-M, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDB e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 101,2% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dívida (i)	1.070.727	293.522
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(346.499)	(44.605)
Dívida líquida	724.228	248.917
Patrimônio líquido (ii)	402.326	569.470
Índice de endividamento líquido	1,80	0,44

- (i) A dívida é definida como arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14, nº 15 e nº 19.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	6.524	6.524
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	62.149	62.149
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	339.975	339.975
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	20.293	20.293
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	1.011.715	1.011.715
Obrigações com o poder concedente	Outros passivos financeiros	59.012	68.222

- (i) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) As debêntures foram calculadas por meio de fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BMF do dia 30 de dezembro de 2013, com base nas parcelas a vencer, considerando as cláusulas de resgate antecipado, incluso na escritura das debêntures, e conforme Preço Unitário - PU atualizado.

As referidas taxas e PUs utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br e www.pentagonotrustee.com.br.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$50.211 (R\$43.663 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Obrigações com o poder concedente	IGP-M	16.945	13.578	12.400	17.293
Debêntures	IGP-M + 9,5% a.a.	110.783	-	-	-
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.075	8.484	8.949	324.896
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	30.968	32.535	34.319	1.509.904

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	33.018	24.763	16.509
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	(48.665)	(49.599)	(50.539)
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures	Alta do IPCA	(38.888)	(39.071)	(39.251)
Juros sobre obrigações com o poder concedente	Alta do IGP-M	(83)	(105)	(127)
Juros a incorrer, líquidos		(54.618)	(64.012)	(73.408)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	10,25%	7,69%	5,13%
IGP-M (b)	6,02%	7,53%	9,03%
IPCA (c)	6,03%	7,54%	9,05%

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.

(c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

28. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$220 (R\$164 em 31 de dezembro de 2012), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

29. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2013, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro-garantia	Maio de 2013 a maio de 2014	285.235
Responsabilidade civil	Maio de 2013 a maio de 2014	910.936
"All Risks" - danos materiais	Maio de 2013 a maio de 2014	4.202.541
"All Risks" - perda de receita	Maio de 2013 a maio de 2014	910.936
Equipamentos	Julho de 2013 a julho de 2014	946
Veículos	Junho de 2013 a junho de 2014	Tabela Fipe

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão tem prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2007, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Desta forma a concessão foi prolongada até março de 2024.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16/12, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços no valor de R\$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, na região do Pólo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui nova vigência até setembro de 2025.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M da FGV, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. A partir de 27 de julho de 2013, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a alíquota passou a ser 1,5%.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita de construção	218.575	75.956
Custos de construção	(218.575)	(75.956)
	-	-

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos Custos</u>	<u>Previsão de 2014-2018</u>
Melhorias na infraestrutura	471.324
Conservação especial (manutenção)	310.235
Equipamentos	54.323

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Ecovias dos Imigrantes, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes, sente-se orgulhosa de sua trajetória de sucesso em meio aos grandes desafios e conquistas desde o início de suas atividades em 29 de maio de 1998. Nossos resultados foram atingidos por meio do planejamento e foco constante na eficiência da gestão operacional.

Conscientes da vocação do Grupo para a prestação de serviços públicos e de suas responsabilidades sociais e ambientais, a Ecovias dos Imigrantes firma o seu compromisso na melhoria contínua na prestação de seus serviços, de modo qualificado e sustentável.

Como consequência disto, a concessionária tem trabalhado fortemente para aumentar a capacidade do Sistema Anchieta-Imigrantes e melhorar seus indicadores operacionais, principalmente os que se referem à segurança no trânsito. No ano passado, a campanha “Por Uma Estrada Sem Acidentes” deu continuidade ao compromisso firmado com a Organização das Nações Unidas (ONU) para alcançar o objetivo de reduzir em 50% o número de ocorrências no trânsito em todo o mundo – proposto pela Década Mundial de Ações de Segurança no Trânsito. Com o slogan #DicasSalvamVidas, a concessionária lançou a campanha que distribuiu cartilhas educativas, colocou painéis nas rodovias e spots de rádios com dicas de segurança no trânsito.

Ainda em 2013 foram iniciadas as obras que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, entre o km 270 e o km 262 na região do Pólo Industrial de Cubatão, constantes dos termos aditivo ao contrato de concessão assinado em novembro de 2012. A data prevista para a conclusão das obras é setembro de 2014.

Outro fato relevante é a conclusão, em maio de 2013, da segunda emissão pública de debêntures, integralmente enquadrada como debêntures de infraestrutura (Lei 12.431/2011), no montante de R\$ 881,0 milhões.

Para finalizar, por mais este ano, a Ecovias dos Imigrantes agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento na superação das metas empresariais, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da companhia, e ao apoio dos usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais instituições e parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº. 2 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2013	2012	Var.
Passeio	32.873	33.280	-1,2%
Comercial	29.059	25.920	12,1%
Total	61.932	59.200	4,6%

Tarifa Média (em R\$)	2013	2012	Var.
Ecovias dos Imigrantes	13,40	13,17	1,8%

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego comercial na Ecovias dos Imigrantes é diretamente relacionado à movimentação de importação e exportação no Porto de Santos. O ano de 2013 teve como destaque o grande volume de exportação de milho e soja, o que influenciou o crescimento de 4,6% no volume de tráfego em relação ao ano de 2012.

O governo do Estado de São Paulo cancelou o reajuste de tarifa previsto para julho de 2013 de 6,2%, e anunciou medidas para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que são (i) redução do ônus variável de 3,0% para 1,5%; (ii) penalização das concessionárias quando houver atrasos nos investimentos; (iii) cobrança do eixo suspenso dos veículos comerciais e; (iv) modificação no ônus fixo. A Resolução SLT Nº, 4 de 22 de julho de 2013 autorizou a cobrança de eixo suspenso a partir de 28 de julho de 2013, onde são considerados para fins de cobrança da tarifa de pedágio todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pelo conjunto de sensores utilizados nas praças de pedágio. Desta forma, o volume de tráfego do 2013 em comparação ao 2012 foi parcialmente influenciado pelos efeitos desta cobrança.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta atingiu R\$ 1.086,0 milhões em 2013 e R\$ 894,6 milhões em 2012, crescimento de 21,4%, impulsionado, principalmente, pelo crescimento de tráfego e maior volume de obras em andamento.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2013	2012	Var.
Receitas de Pedágio	830,1	779,5	6,5%
Receitas Acessórias	37,3	39,1	-4,6%
Receita de Construção ICPC-01	218,6	76,0	187,6%
Total	1.086,0	894,6	21,4%

- **Receita de Pedágio:** em 2013 a receita de pedágio atingiu R\$ 830,1 milhões, crescimento de 6,5% em comparação ao ano de 2012, sendo responsável por 76,4% da receita total da concessionária.

- **Receitas Acessórias:** são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões e teve uma queda de 4,6% em relação ao ano de 2012, devido à redução do fluxo de cargas especiais.

- **Receita de Construção:** conforme estabelecido pelo ICPC-01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. Esta receita apresentou crescimento devido ao maior volume de obras em andamento.

RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida atingiu R\$ 1.011,5 milhões em 2013 e R\$ 824,4 milhões em 2012, crescimento de 22,7%. As deduções sobre a Receita Bruta atingiram R\$ 74,6 milhões em 2013 e R\$ 70,1 milhões em 2012.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2013, os custos operacionais e despesas administrativas somados atingiram R\$517,8 milhões e R\$ 378,1 milhões em 2012, crescimento de 37,0%. Os principais motivos foram aumento do custo com pessoal devido ao dissídio de 5,0% ocorrido em março de 2013, aumento da despesa de amortização e aumento do custo de construção de obras.

Custos operacionais e despesas administrativas			
(em milhões de R\$)	2013	2012	Var.
Pessoal	32,5	28,9	12,5%
Conservação e manutenção	17,4	18,3	-4,9%
Serviços de terceiros	84,3	86,8	-2,9%
Poder concedente e seguros	25,5	30,3	-15,8%
Depreciação e amortização	83,4	70,7	18,0%
Provisão manutenção ICPC 01	36,3	44,9	-19,2%
Custo de construção de Obras ICPC 01	218,6	76,0	187,6%
Locações, aluguéis e outros	19,8	22,2	-10,8%
TOTAL	517,8	378,1	36,9%

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 577,1 milhões, crescimento de 11,6% em relação aos R\$ 517,1 milhões obtidos em 2012. A margem EBITDA atingiu 57,1% em 2013, uma queda de 5,6 pontos percentuais em relação 2012.

EBITDA			
(em milhões de R\$)	2013	2012	Var.
Lucro Líquido	289,4	266,8	8,5%
Imposto de renda e contrib.social	139,9	126,4	10,7%
Resultado Financeiro	64,4	53,2	21,1%
Depreciação e Amortização	83,4	70,7	18,0%
EBITDA	577,1	517,1	11,6%
Margem EBITDA	57,1%	62,7%	-5,6 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2013 foi de R\$ 64,4 milhões negativos, aumento de 21,1% em relação aos R\$ 53,2 milhões negativos em 2012, devido ao maior nível de endividamento da companhia.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2013, o lucro líquido atingiu R\$ 289,4 milhões, crescimento de 8,5% em relação a 2012. A margem líquida do lucro de 2013 foi de 28,6%.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou o ano de 2013 com saldo de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 346,5 milhões. A dívida bruta da Ecovias atingiu R\$ 1.011,7 milhões em 31 de dezembro de 2013 e dívida líquida de R\$ 665,2 milhões.

O endividamento da Ecovias dos Imigrantes é composto pela 1ª e 2ª emissões de debêntures com saldo a pagar de R\$ 95,9 milhões e R\$ 915,8 milhões, respectivamente.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2013	31/12/2012	Var.	Taxas	Vencimento
Debêntures 1ª emissão(*)	95,9	226,3	-57,6%	IGP-M + 9,50% / 104,00% CDI	junho - 2023
Debêntures 2ª emissão(*)	915,8	-	100,0%	IPCA+ 3,8% / IPCA + 4,28% a.a	janeiro - 2023
Financiamento e Arrendamento Mercantil	-	0,2	-100,0%	1,45% a.m.	de setembro - 2012 a junho - 2013
Dívida Bruta	1.011,7	226,5	346,7%		
Caixa e equivalentes de caixa	323,6	16,1	1909,9%		
Aplicação financeira vinculada	22,9	28,5	-19,6%		
Dívida Líquida	665,2	181,9	265,7%		

* Inclui as aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures, registradas na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

CAPEX

Os investimentos realizados pela Ecovias dos Imigrantes totalizaram R\$ 331,7 milhões em 2013, 127,0% superior ao realizado no ano anterior. As principais obras do período foram à implantação da 5ª faixa entre o km 26 e o km 41 da Rodovia dos Imigrantes e obras relacionadas ao aditivo contratual assinado em novembro de 2012.

CAPEX (em milhões de R\$)	2013			2012			Var.	
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Total	2013x 2012
Ecovias	292,8	38,9	331,7	91,1	55,0	146,1		127,0%

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Ecovias dos Imigrantes está em conformidade às diretrizes do Grupo EcoRodovias, alinhada às melhores práticas de Governança Corporativa do Grupo EcoRodovias.

Seguimos as práticas recomendadas pelo "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa" do IBGC, dentre as quais se destacam: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do conselho de administração e de executivo principal da companhia ocupado por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários; e política de divulgação de informações e manutenção de sigilo.

GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2013, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência na gestão de pessoas. Pela quarta vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Você S.A/FIA e, pelo segundo ano consecutivo, no ranking das 130 Melhores Empresas para Trabalhar definido pela Revista Época/Great Place to Work.

O enfoque na área também está explícito na criação, em 2013, da nova Diretoria de Gestão de Pessoas, quando o Grupo passou a exercer diversas ações de desenvolvimento e gestão. A Escola de Líderes, por exemplo, foi criada para poder formar um quadro de pessoas preparadas para assumir com prontidão posições-chave. Outro exemplo é o Projeto de Cultura, que identificou os principais arquétipos do Grupo EcoRodovias, como “Um só time”, “Inovação” e “Foco do Cliente”.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A política socioambiental da EcoRodovias, que se estende à Ecovias dos Imigrantes, determina as tomadas de decisão com vistas ao crescimento sustentável do Grupo. Para tanto, diretrizes foram desenvolvidas em âmbito interno e externo e com o apoio dos comitês de sustentabilidade. A Ecovias dos Imigrantes orgulha-se de ser a primeira concessionária de rodovias no mundo certificada pela norma de gestão ambiental ISO 14001, além de possuir a ISO 9001 de qualidade e a OHSAS 18001, de saúde e segurança do trabalho.

Dentro da estratégia de desenvolver projetos sociais, a Ecovias se destaca em vários trabalhos direcionados às comunidades lindeiras, tais como: “De Bem com a Via” – educação do trânsito para crianças utilizando atividades lúdicas, jogos e brincadeiras; “Virando o Jogo” – projeto com crianças que utiliza o esporte como ferramenta para intensificar ações de educação no trânsito e inclusão social; “Capacitar” – capacitação profissional de moradores da região; “Acessa Comunidade” – inclusão digital; “Voluntários do Bem” – projeto educacional ministrado por colaboradores da concessionária; “Casa Limpa” – voltado à educação ambiental das comunidades lindeiras. O Ecoviver, que tem como objetivo envolver professores, alunos e comunidade em geral em atividades educacionais e culturais, promovendo a educação ambiental nas escolas localizadas às margens das rodovias. Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 220 mil crianças em 25 cidades nos estados de atuação da EcoRodovias.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2013: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$219,3 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

**Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480,
de 07 de dezembro de 2009**

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Alberto Luiz Lodi

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores